

## A IMPORTÂNCIA DA (RE)ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

**ANTÔNIO DOMINGOS MOREIRA**

Coordenador Pedagógico Secretaria de Educação de Guanambi –Ba

**CLÁUDIO PINTO NUNES**

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

**Resumo:** Este estudo apresenta resultados da (Re)elaboração do Projeto Político Pedagógico – PPP, da Escola Municipal Alberto Arandy no município de Ibotirama, que está localizado na Identidade do Território Velho Chico, no Oeste da Bahia. A pesquisa aconteceu no ambiente escolar, com a equipe pedagógica, família, alunos, funcionários e comunidade geral. Os objetivos da pesquisa se fundamentaram em conceituar as práticas pedagógicas, o papel da família e a gestão escolar de forma participativa e democrática. Essa pesquisa buscou uma abordagem qualitativa, por intermédio da análise documental do PPP e do o Regimento Escolar da instituição, fundamenta a análise na pesquisa bibliográfica, embasado em autores que dialogam e apontam caminhos possíveis para a construção do PPP, com base na análise da qualidade efetiva da educação, uma vez que a meta principal do PPP deve ser o processo do ensino e a aprendizagem no contexto escolar.

**Palavras-chave:** Projeto Político Pedagógico. Práticas Pedagógicas. Gestão Democrática

**Abstract:** This study presents results from the (Re)elaboration of the Pedagogical Political Project – PPP, of the Alberto Arandy Municipal School in the municipality of Ibotirama, which is located in the Identity of the Velho Chico Territory, in Western Bahia. The research took place in the school environment, with the pedagogical team, family, students, staff and the general community. The research objectives were based on conceptualizing pedagogical practices, the role of the family and school management in a participatory and democratic way. This research sought a qualitative approach, through documentary analysis of the PPP and the institution's School Regulations, basing the analysis on bibliographical research, based on authors who dialogue and point out possible paths for the construction of the PPP, based on quality analysis effective education, since the main goal of the PPP must be the process of teaching and learning in the school context.

**Keywords:** Pedagogical Political Project. Pedagogical practices. Democratic management

### Introdução

A pesquisa apresenta a importância do Projeto Político Pedagógico (PPP) para a prática educativa institucionalizada e para a escola como um todo. O estudo foi realizado na Escola Municipal Alberto Arandy, no município de Ibotirama, que está localizado na Identidade do Território Velho Chico, no Oeste da Bahia. O documento em estudo tem por objetivo reunir e explicitar os princípios norteadores educacionais e os conceitos e fundamentos balizam sua ação pedagógica, de forma a garantir que a comunidade escolar se aproprie e que todas as áreas

e segmentos desta instituição de ensino atuem em coerência com as mesmas diretrizes filosóficas, pedagógicas e administrativas.

Por ser instrumento, a gestão da Escola Municipal Alberto Arandy, sempre foi um objeto permanente reflexão, coletiva no que se refere aos princípios e valores que fundamentam a prática da escola pautada na gestão democrática. Além disso, o PPP se volta a observar outros elementos da instituição, como por exemplo, a estrutura organizacional e instâncias de decisão; às relações entre a comunidade escolar; à organização dos espaços e dos tempos escolares; às normas, processos e rotinas; às formas de representação dos alunos; aos conteúdos curriculares; ação pedagógica; os procedimentos didáticos; às estratégias de avaliação; às atividades culturais. As reflexões, aprendizagens e avanços realizados ao longo de um ano são incorporados para o seguinte após aprovados pela Direção, instância responsável pela manutenção da coerência e consistência deste PPP.

Partindo dessa análise, importante destacar a parceria da escola, família e sociedade, que são corresponsáveis pela formação do indivíduo, porque este aprende também na convivência com os familiares, amigos, pessoas que ele considera significativas, com os meios de comunicação, nas interações cotidianas, conforme orienta a LDB nº 9394/96, em seu artigo 1º:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL, 1996, p. 01)

Compreende-se que a família é o primeiro contexto no qual a criança desenvolve padrões de socialização, onde adquire o conhecimento primário que irá refletir na sua vida escolar. A escola e a família têm o dever de construir uma relação de parceria, respeitando e estabelecendo os papéis que competem a cada uma, buscando uma participação comprometida de todos os segmentos.

Essa parceria conduz a construção da convivência democrática, reconhecendo que as mudanças na escola ocorrem juntamente com mudanças na comunidade na qual ela está inserida.

A (Re)elaboração do PPP da Escola Municipal Alberto Arandy, deu-se início no 2º semestre do ano de 2022. A atualização do documento, bem como sua reformulação de acordo com as legislações vigentes atuais depois de concluído, foi aprovado e submetido à aprovação pelos conselhos escolares e pela comunidade em Assembleia Geral.

A aprovação do PPP deu-se no final de novembro de 2022 pela Comunidade Escolar Alberto Arandy, diante do contexto atual, a nova atualização é uma análise do objetivo e missão da escola. Através da reunião, a comissão de atualização e os membros de conselhos escolares apreciaram-no para juntos validar o presente PPP.

No que diz respeito à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) ampara que, à escola a autoridade pela elaboração e execução de sua proposta pedagógica (art 12 – I) e aos docentes participarem da sua construção (art. 13 – I), como se pode verificar no trecho a seguir:

Artigo 12 – Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino terão a incumbência de: I – Elaborar e executar sua proposta pedagógica. Artigo 13 – Os docentes incumbir-se-ão de: I – Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino. (BRASIL 1996, p.5).

Em relação as metas do Plano Nacional de Educação (PNE – decênio 2014-2024), na lei nº 13.005/2014 assegura, como uma de suas diretrizes a “promoção do princípio da gestão democrática da educação pública” (Art. 2 – VI, p.32). Nesse contexto, é de responsabilidade dos sistemas de ensino se reorganizarem, em adequação à legislação vigente, de tal maneira a promoção como um novo modelo educativo que responda as demandas educacionais, que influenciam no desenvolvimento científico, tecnológico e educacional.

748

### **Metodologia da pesquisa**

Os A investigação que aconteceu no âmbito educacional da Escola Municipal Alberto Arandy do Ensino Fundamental I (do 1º ao 5º ano), não se reduz apenas ao enfoque aplicacionista de métodos e técnicas, em um viés de adequação as tendências consagradas no contexto científico acadêmico, mas apresentam-se, também, como instrumentos de análise filosófica/epistemológica, apresentando contribuições no desenvolvimento da pesquisa educativa, propiciando a apreensão complexa do objeto de estudo investigado (SÁNCHEZ GAMBOA, 2012).

A Escola Municipal Alberto Arandy, atualmente, compõe no seu quadro docente: 08 Professoras, grande maioria licenciada em Pedagogia, sendo que uma professora trabalha na escola com uma sala da Educação Especial com o Atendimento Educacional Especializado – AEE. A escola ainda apresenta no seu quadro funcional, uma Diretora; um Coordenador Pedagógico uma Secretária; algumas Cuidadoras de crianças portadoras de deficiência; funcionárias de Serviços Gerais e dois Vigias.

Para a realização dessa pesquisa, partiu de documentos da unidade escolar e fundamentada por pesquisa bibliográfica, que, de acordo Lima e Miotto (2007), afirma que se constitui como um elemento potencializador de evidências de novos e relevantes conhecimentos sobre um determinado objeto de estudo, quando caracteriza como embasamento da ciência na ética e também profissional, ao superar um pensamento reducionista de mera descrição dos fatos relativos ao estudo, sob o risco de conduzir o pesquisador a constatações óbvias ou produção/sistematização de conhecimentos e saberes oriundos do senso comum.

Partindo desse princípio, a observação prévia do pesquisador, se atentando para aspectos e fatores que o conduzam na trajetória de investigação e sistematização, em que as experiências vivenciadas, por intermédio das dúvidas e incertezas provenientes do percurso da pesquisa, possam se constituir como momentos de aprendizagem na arte de investigar e concluir as análises pertinentes.

Para o estudo dessa pesquisa, abordamos a análise de abordagem qualitativa, em que o objeto de investigação se permeia ao processo e a sua significação em um todo, em que se objetiva o entendimento dos dados pesquisados, desvelando fatores que enriquecem interpretações nos modos de ver e entender a realidade. Enfatiza a importância que embasa a teórica que possa subsidiar e ancorar a trajetória de pesquisa, servindo de auxílio em momentos de dúvidas e incertezas no campo científico (CHIZZOTTI, 2014).

Os principais teóricos que fundamentamos nessa pesquisa, compreendem as análises de grandes estudiosos como Libâneo (2004), Veiga (2002), Libâneo, Oliveira e Toschi (2003) e Vasconcellos (2009). Partindo do conceito que os pesquisadores possuem investigações sistematizadas e delineiam uma trajetória investigativa que discorre sobre o objeto de estudo explorado, contribuindo na apreensão de elementos e fatores atinentes a pesquisa realizada.

Quanto ao campo empírico, na produção das informações utilizamos como instrumento de coleta de dados o antigo PPP de 2017, o Regimento Escolar, remetendo a preceitos legislativos educacionais e reuniões que aconteceram no segundo semestre de 2022 com a equipe pedagógica, funcionários da Escola Municipal Alberto Arandy e comunidade geral. Importante destacar que na (Re)elaboração embasamos de autores que possam fundamentar e promover um processo reflexivo sobre a questão em pauta, em que compreende-se que a pesquisa bibliográfica pode lançar luzes sobre esta reflexão.

## **O processo de construção e implantação da proposta pedagógica**

Para Freire (2002, p. 30) afirma que “Ensinar exige a convicção de que a mudança é possível. (...) Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra”. Nesse sentido, deve-se destacar que o Projeto Político Pedagógico se constitui como marco referencial no âmbito da ação educativa e vem para provocar profundas mudanças no âmbito educacional. E, por essa razão que a elaboração requer o engajamento participativo de todos que fazem parte da comunidade escolar.

Contudo, salientamos que, não é apenas com propostas idealizadoras e voluntarismo que se elabora um projeto com essas dimensões no espaço escolar. É imprescindível um trabalho de conscientização de que o mesmo deve ser a expressão de um desejo de toda escola; articular e construir espaços democráticos/participativos com propostas e um trabalho organizado coletivamente com vistas a produzir um projeto que explicita não somente o que a escola é na contemporaneidade, mas também evidencie caminhos acerca das pretensões futuras. Que seja um momento que estimule a instituição a buscar mudanças com foco em um processo formativo educacional e cultural qualitativo para todos os indivíduos que frequentam a escola pública.

Portanto, a execução do PPP é papel essencial da escola, para que possa fazer com que todos (gestores, professores, pais, alunos, funcionários e sociedade) sintam-se corresponsáveis no sentido de organizar as ações a serem executadas no âmbito escolar com foco na melhoria do processo de ensino/aprendizagem e, conseqüentemente, dos resultados educacionais.

Isso, é de fundamental importância para a construção do PPP, seja oportunizado a todos os membros a exposição dos seus propósitos, propor ações e planejar caminhos viáveis à melhoria da atuação escolar. Não esquecendo que, faz-se necessário considerar questões práticas e os anseios da comunidade escolar, bem como as orientações legislatórias nacionais, questões atinentes ao currículo, conjunto de normas, regulamentos e procedimentos metodológicos do sistema de ensino no qual a escola se insere.

Freitas (2004, p. 69) enfatiza que,

O projeto pedagógico não é uma peça burocrática e sim um instrumento de gestão e de compromisso político e pedagógico coletivo. Não é feito para mandar para alguém ou algum setor, mas sim para ser usado como referência para as lutas da escola. É um resumo das condições e funcionamento da escola e ao mesmo tempo um diagnóstico seguido de compromissos aceitos e firmados pela escola consigo mesma, sob o olhar atento do poder público.

O PPP pode se constituir como um instrumento que contribui na implantação de uma escola democrática, possibilitando autonomia e construção/delineamento da sua própria

identidade. Significa pois, resgatar-se enquanto espaço público de fato, local de debate e diálogo embasado na reflexão coletiva e em consonância com os interesses de sua comunidade.

É importante que toda a comunidade escolar entenda que sua participação é que trará essa autonomia e possibilidades democráticas nas relações de poder no interior da escola.

[...] Como disseminação das práticas de gestão participativa, foi-se consolidando o entendimento de que o PPP deveria ser pensado, discutido e formulado coletivamente, também como forma de construção da autonomia da escola, por meio do qual toda a equipe é envolvida nos processos de tomada de decisões sobre aspectos da organização escolar e pedagógico – curriculares. (LIBÂNEO; OLIVEIRA e TOSCHI, 2003, p.357).

Partindo dessa análise, a escola poderá ter clareza o quanto tais mudanças levaram a equipe a sedimentar sua proposta de atuação, conquistar sua autonomia e articular um projeto pedagógico compromissado com a escola de sucesso.

Por isso, é preciso engajamento, empenho e dedicação nos processos sociais visando promover os resultados desejáveis. Vejamos o fragmento a seguir,

A participação é uma resposta a um dos anseios mais fundamentais do homem: ser levado em conta, tomar parte, ser incluído, ser respeitado. Todavia, a participação só tem sentido quando existe por detrás uma ética, uma disposição em mudar realmente o que for necessário e não apenas as aparências [...] (VASCONCELLOS, 2009, p. 24-25).

751

Essas ações pedagógicas, não é fácil envolver toda a comunidade escolar, mas cabe à gestão promover um clima institucional saudável que desperte em todos o compromisso e a corresponsabilidade em melhorar as condições do ambiente escolar, com intuito de formar pessoas com senso crítico e que darão continuidade ao processo de intervenção e de contribuição com o desenvolvimento escolar e social.

Para isso, neste momento, organizamos um conjunto de textos com a finalidade de subsidiar as reflexões, bem como as decisões e ações a serem tomadas. São textos que tratam da progressão continuada, da avaliação e do projeto pedagógico. A maioria deles, já do conhecimento de todos nós, está aqui proposto devido a sua clareza e atualidade. Com certeza, o revisitar desses textos contribuirá para alicerçar os conceitos fundamentais na construção dessa nova etapa de trabalho.

Acreditar na mudança é fundamental para a concretização das ações e alcance dos objetivos e resultados que se almeja. E para isso, é importante persuadir o outro a colaborar e vivenciar o coletivo, a construir algo que possibilite transformações na realidade da escola e, por conseguinte, na sociedade.

Por sua vez, pensar o Projeto Político Pedagógico é pensar o plano global da escola e na sistematização de seus ideais. É enfatizar o planejamento participativo evidenciando que o documento precisa ser revisado sempre e deve estar em constante construção, pois segundo Vasconcellos (2009) é na trajetória cotidiana que a escola vai construindo e consolidando a sua identidade.

Sobre o assunto, Veiga (1995) afirma que as instituições escolares possuem uma finalidade social e que o seu PPP precisa olhar com atenção para as especificidades do contexto em que está inserida, objetivando o planejamento e execução de ações que possam impactar, também, na vida cotidiana dos estudantes.

### **Gestão Democrática e Participativa**

Para um bom diálogo e funcionamento no ambiente escolar, há a necessidade e a importância da gestão escolar democrática e participativa, como fundamento básico para o alcance dos objetivos propostos por uma instituição de ensino que pretende contribuir com a transformação social através da formação crítica dos seus educandos. Para tanto, é necessário que a administração escolar seja pautada nos princípios da gestão democrática.

Nessa perspectiva, a compreensão das políticas educacionais vigentes se faz pertinente. Essa compreensão passa pelo entendimento do projeto ao qual a maioria das políticas pensadas para a educação se veicula, visto que estas, muitas vezes, representam um obstáculo, que impossibilita a manutenção de uma escola pública de qualidade para todos.

A participação democrática de cada membro envolvido na construção do projeto educativo tem muita relevância.

[...] cada escola implementa no seu ritmo e tempo próprios e na dimensão das vontades dos coletivos nela atuantes. Construir um projeto pedagógico da escola é mantê-la em constante estado de reflexão e elaboração, numa esclarecida recorrência às questões relevantes do interesse comum e historicamente requeridas [...] (IESDE, 2003, p.164)

Enfatizando a ideia de gestão democrática em consonância com que a construção do Projeto Político Pedagógico deve contemplar, na sua essência, a qualidade de ensino a ser oferecida, pautando-se na gestão democrática, com princípios de igualdade e liberdade, é importante reforçar que esses conceitos encontram-se estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nos seguintes artigos:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência:  
I – elaborar e executar sua proposta pedagógica;

VI – articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

VII – informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da sua proposta pedagógica.

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I – participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II – elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola. (Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996).

Observa-se, pois, que a organização do trabalho pedagógico, antes de ser uma necessidade, é, também, e principalmente, uma exigência legal. É enfrentando essas premissas com compromisso que a escola estabelece condições de realizar um trabalho fundamentado numa proposta emancipatória, que não esteja de todo desvinculada das políticas educacionais que a sustentam, mas que lhe conceda a liberdade de construir sua própria autonomia, entendendo esta última como possibilidade de exercício da democracia no espaço público.

Nessa perspectiva, uma importante observação a respeito do PPP que não pode ser esquecida é o fato de que a construção deste não deve se restringir ao início do ano letivo, como uma resposta às exigências da lei, ou seja, como cumprimento de mais um dos inúmeros itens burocráticos dos quais a escola encontra-se repleta. Sua elaboração deve ser constantemente revista e seus pressupostos devem ser uma presença constante no fazer e no refazer pedagógico, corrigindo as falhas do presente, sempre com vistas num futuro mais promissor.

Nesse interim, os obstáculos para a gestão democrática na escola pública são inúmeros, principalmente quando se trata de incluir a participação da comunidade. O sistema de governo vigente muitas vezes não dá abertura para que essa participação, de fato, ocorra. O exercício da democracia se dá apenas através do voto e priva a população “de processos que, durante os quatro ou cinco anos de mandato, permitiriam controlar as ações dos governantes no sentido de atender aos interesses das camadas populares”. (PARO, 2002, p. 16).

A escola, ao construir e renovar (atualizar) seu PPP, precisa partir de análises feitas sobre o seu presente, sobre o que já está posto no cotidiano escolar enquanto meta de ação e, com vislumbre num futuro melhor, preencher lacunas, com a intenção de melhorar o que está falho ou imperfeito.

Nessa perspectiva, o projeto político-pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às

autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos por todos os envolvidos com o processo educativo da escola (VEIGA, 1995, p. 12).

Dialogando com Veiga, compreende-se que PPP precisa se constituir num compromisso assumido por todos na organização do trabalho pedagógico de forma globalizada e coerente, visando solucionar problemas e centrando a atenção nos interesses comuns, buscando bases teórico-metodológicas que possam concretizar as metas estabelecidas como consenso da comunidade educativa. Esse projeto é, pois, uma procura constante do que precisa ser priorizado no processo educativo, quais as ações a serem realizadas, quando e qual a forma mais eficaz de construir essas ações.

É bem verdade que os obstáculos para a gestão democrática na escola pública são inúmeros, principalmente quando se trata de incluir a participação da comunidade. O sistema de governo vigente muitas vezes não dá abertura para que essa participação, de fato, ocorra. O exercício da democracia se dá apenas através do voto e priva a população “de processos que, durante os quatro ou cinco anos de mandato, permitiriam controlar as ações dos governantes no sentido de atender aos interesses das camadas populares”. (PARO, 2002, p. 16).

Nesse sentido, é fundamental que a escola conquiste a sua autonomia, compreendendo esta como a conquista de poder e condições que a levem ao alcance das metas traçadas, que devem vir ao encontro dos interesses dos seus usuários, os trabalhadores. Para tal, é preciso que estes últimos participem da partilha do poder, na construção dos objetivos educacionais e na tomada de decisões, que levarão ao cumprimento dos objetivos. Sobre a participação da comunidade escolar, Paro pontua:

[...] se a participação efetiva das camadas trabalhadoras nos destinos da educação escolar for uma utopia no sentido apenas de um sonho irrealizável, e não no sentido que demos à palavra no início, então de nada adianta continuarmos falando de escola como algo que possa contribuir para a transformação social e, definitivamente, devemos deixar cair as máscaras e as ilusões com relação à escola que aí está e partir para outras soluções, ou então cruzar os braços e esperar passivamente que os grupos dominantes, por meio de suas “reformas e acomodações” de interesses continuem nos fazendo engolir as soluções paliativas que os mantêm perenemente no poder (PARO, 2002, p. 14).

É importante entender, de acordo com Paro, que a gestão democrática, bem como o preparo do indivíduo para o exercício da cidadania, são princípios assegurados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96). Mas, para que essa lei, na prática, se efetive

é necessário que sejam superados os mecanismos de dominação e alienação, para que ocorra uma vigilância da sociedade civil sobre a coisa pública. Isso só será possível se houver um rompimento com o modelo político atual, que vem sendo uma barreira para a escola pública de qualidade. E o pleno exercício da cidadania só deixa de ser uma utopia a partir do momento em que a escola, como entidade engajada na formação crítica dos indivíduos, instituir mecanismos que verdadeiramente levem à sua superação.

### **Projeto Político Pedagógico no contexto atual**

A escola tem, como sabemos, a função de criar condições para que todos os alunos possam ampliar o conhecimento, desenvolver as habilidades necessárias para a compreensão da realidade e para a participação em relações sociais, políticas e culturais diversificadas e cada vez mais amplas. É nessa perspectiva que as escolas estão desenvolvendo o seu plano de trabalho.

Neste momento, surge a necessidade de auxiliar a discussão no coletivo da escola para a retomada do seu projeto pedagógico. Assim, apresentamos como sugestão, algumas questões que poderão servir de ponto de partida para o início desta atividade.

Toda escola tem objetivos que deseja alcançar, metas a cumprir e sonhos a realizar. O conjunto dessas aspirações, bem como os meios para concretizá-las, é o que dá forma e vida ao chamado projeto político-pedagógico - o famoso PPP. Se você prestar atenção, as próprias palavras que compõem o nome do documento dizem muito sobre ele:

- É projeto porque reúne propostas de ação concreta a executar durante determinado período de tempo;
- É político por considerar a escola como um espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, modificando os rumos que ela vai seguir;
- É pedagógico porque define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem.

O papel da escola fazer com que todos (gestores, professores, pais, alunos, funcionários e sociedade) sintam-se corresponsáveis no sentido de ressignificar as ações a serem executadas no âmbito escolar com foco na melhoria do processo de ensino/aprendizagem e, conseqüentemente, dos resultados educacionais.

Para isso, é imprescindível que na construção do PPP seja oportunizado a todos os membros a exposição dos seus propósitos, propor ações e planejar caminhos viáveis à melhoria da atuação escolar. Não esquecendo que, faz-se necessário considerar questões práticas e os

anseios da comunidade escolar, bem como as orientações legislatórias nacionais, questões atinentes ao currículo, conjunto de normas, regulamentos e procedimentos metodológicos do sistema de ensino no qual a escola se insere.

O PPP pode se constituir como um instrumento que contribui na implantação de uma escola democrática, possibilitando autonomia e construção/delineamento da sua própria identidade. Significa pois, resgatar-se enquanto espaço público de fato, local de debate e diálogo embasado na reflexão coletiva e em consonância com os interesses de sua comunidade.

É importante que toda a comunidade escolar entenda que sua participação é que trará essa autonomia e possibilidades democráticas nas relações de poder no interior da escola. Libâneo, Oliveira e Toschi (2003) sugerem que tomada de decisões em virtude do PPP ponderem, pelo menos, os aspectos a seguir:

- Princípios – É importante que professores, gestão e comunidade escolar estabeleçam um acordo sobre a função social, política e pedagógica da instituição escolar.
- Objetivos – Expressar as intenções concretas com base em diagnósticos prévios. Esboçar um retrato fiel da situação, da problemática atinente aos processos de ensino e aprendizagem, dos anseios e necessidades pessoais e sociais dos estudantes concernentes à sua escolarização.
- Sistema e prática de gestão negociada – Requer a tomada de decisões coletivas sobre questões relativas as maneiras de organização e de gestão da instituição escolar.
- Unidade teórico-metodológica no trabalho didático-pedagógico - Consiste em definir objetivos comuns. É relevante que a instituição escolar esteja em concordância nas questões relativas a construção curricular e questões didático-pedagógicas, na perspectiva de trabalho com a interdisciplinaridade.
- Sistema explícito e transparente de acompanhamento e de avaliação do projeto e das atividades da escola - Acompanhar e avaliar, evidenciando os entraves advindos da implantação e realização das ações contidas no projeto e do planejamento do ensino, contrapondo o que foi determinado e o que está sendo desenvolvido na prática.

Por conseguinte, ainda baseados em Libâneo, Oliveira e Toschi (2003), segue-se um roteiro pelo qual as escolas podem se orientar para a elaboração de seu Projeto político pedagógico.

Portanto, é imprescindível e necessário conscientizar a comunidade da relevância de sua participação e o quanto são importantes e indispensáveis dentro desse processo. É preciso que se sintam parte das discussões, reflexões e tomadas de decisões, pois só assim a escola cumprirá o seu papel dando oportunidade para que todos reflitam, sobre mudanças e apontem caminhos possíveis, partindo das vivências e da realidade dos envolvidos.

Não é uma tarefa simples envolver toda a comunidade escolar, mas cabe à gestão promover um clima institucional saudável que desperte em todos o compromisso e a corresponsabilidade em melhorar as condições do ambiente escolar, com intuito de formar pessoas com senso crítico e que darão continuidade ao processo de intervenção e de contribuição com o desenvolvimento escolar e social.

Portanto, a escola precisa mobilizar a comunidade a interagir e participar, e poderá fazer isso, através de um conjunto de ações articuladas entre si, como por exemplo: Elaborar uma carta convite com explicações sobre o PPP, elaborar um jornal ou livreto sobre o PPP, realizar seminários e/ou palestras, trocar experiências com outras escolas que já tenham elaborado seu projeto, planejar ações culturais centradas na participação democrática na escola e na construção do projeto, promover debates em sala de aula, dentre outros.

É também importante estabelecer uma boa relação família e escola, tornando-os aliados do processo de ensino-aprendizagem. Há muito a aprender com eles sobre nossos alunos e a educação, como é bem sabido, melhor se realiza quando se apoia na socialização primária, que se passa no âmbito da família. Um outro aspecto central é revitalizar os Conselhos de Escola, classe e outros que possam analisar criticamente as situações de aprendizagem dos alunos, suas dificuldades e apontar formas de superá-las. De igual modo, faz-se necessário repensar os aspectos organizacionais que ainda temos seguido: critérios de formação de turmas, horários e tempos escolares, programas e regulamentos. É tempo de reflexão e de ação consequente, portanto, tempo de muito trabalho.

Por sua vez, pensar o PPP é pensar o plano global da escola e na sistematização de seus ideais. É enfatizar o planejamento participativo evidenciando que o documento precisa ser revisado sempre e deve estar em constante construção, pois segundo Vasconcellos (2009) é na trajetória cotidiana que a escola vai construindo e consolidando a sua identidade.

### **Análise dos Dados da Pesquisa**

Para a busca dos resultados desse estudo, partimos do princípio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - 9394/96), no que remete ao artigo 15, em que aborda o seguinte:

“os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de Educação Básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público” (BRASIL, 1996, p. 6), foi concedido à escola possibilidades de instauração de ambientes pautados por princípios autônomos, no que concerne a questões pedagógicas, administrativas e de gestão financeira. Conclui que, a instituição escolar deve elaborar seus planos de trabalho, definir seus rumos e planejar suas atividades de modo a responder as expectativas da comunidade em que está inserida.

Nesse aspecto, a proposta pedagógica da Escola Municipal Alberto Arandy, em todas as ações para a construção da realidade que se deseja alcançar, foram discutidas, planejadas e consolidadas em um importante documento denominado PPP, a proposta pedagógica, projeto pedagógico curricular ou simplesmente projeto pedagógico. Todas essas expressões citadas apresentam o mesmo sentido de orientar, direcionar uma ideia, refletir sobre um processo pedagógico alicerçado em ações presentes com vistas à formação do educando para o exercício da cidadania e consciência crítica.

Importante caracterizar o espaço geográfico desse estudo. A Escola Municipal Alberto Arandy, fica localizada à Rua Boqueira, s/n, no Bairro Ibotiraminha, no município de Ibotirama, que está localizado no Território de Identidade Velho Chico, no Oeste do estado da Bahia. Sua entidade mantenedora é a Prefeitura Municipal de Ibotirama. A escola foi criada através da portaria nº 6947, publicada no Diário Oficial do estado em 21/22 de agosto de 1989 e tem como ato de autorização e (Re)elaboração a Portaria do SME Nº 014/2022 em face do Processo Protocolado nº 10.8/2021 – CME, parecer Nº 016, 18/11/2022, Resolução CME Nº 001/2022, 06/10/2022, D.O. 18/11/2022, ficando autorizada a funcionar o Ensino Fundamental anos iniciais com validade até 2023.

A Escola Alberto Municipal Arandy, atualmente apresenta a seguinte dimensão física para acolher seus estudantes: 01 pátio para lazer e atividades lúdicas, 03 salas de aula, 01 sala de Educação de Atendimento Especializado - AEE, 01 Diretoria com aporte pedagógico, 01 almoxarifado, 03 banheiros, 01 cozinha. Também possui alguns recursos didáticos como, 01 aparelho de som, 01 data show, 01 impressora, 01 aparelho de DVD, 01 computador, 01 caixa de som, jogos didáticos, 01 bebedouro, livros paradidáticos.

E os recursos financeiros da escola são geridos por duas situações: Eventos com a participação de pais e alunos; Entidade Mantenedora – Prefeitura Municipal de Ibotirama, através da Secretaria Municipal de Educação, é o órgão que atende as necessidades financeiras

da escola conforme regulamentação legal. Estes recursos chegam à escola através de programa específico: PDDE Interativo.

O PPP da Escola Municipal Alberto Arandy, esse ano de 2022, passou pela (Re)elaboração/atualização para adequar com a realidade da unidade de ensino e, atualmente, conta com 134 estudantes, sendo 20 alunos do 1º ano A, 22 alunos do 1º B, 24 alunos do 2º ano, 21 alunos do 3º ano, 24 alunos do 4º ano e 23 alunos do 5º ano.

Em relação ao desempenho escolar na unidade de ensino Alberto Arandy, vários alunos embora tenham objetivos de prosperar na vida, acomodam-se perante situações que julgam empecilho para a construção de seu conhecimento. Outra situação diagnosticada pela equipe pedagógica e gestão escolar do Alberto Arandy, é a situação financeira das famílias e a irresponsabilidade com a educação de seus filhos em manterem na escola, algumas apresentam vulnerabilidade social como alcoolismo, brigas, separações e desentendimento o que afeta no relacionamento e na educação das crianças, que diretamente influencia no abandono escolar. Os estudantes que retornam sentem-se desestimulados em desenvolver as atividades propostas pelo professor que visa compensar o período em que os alunos estiveram ausentes.

Percebe-se que muitos estudantes têm apresentado dificuldades de leitura, interpretação e compreensão de textos. Há também casos de indisciplina e descompromisso com os estudos. Objetivando solucionar os problemas do comodismo, busca-se apoio familiar e de especialistas na área educacional da Secretaria de Educação de Ibotirama, visto que este apoio é imprescindível no processo ensino e aprendizagem.

O trabalho e acompanhamento pedagógico é feito nos turnos matutino e vespertino. A Coordenação Pedagógica e a equipe docente da Escola Alberto Arandy, coordenam executam os planejamentos, projetos macro/micro, ciclos de estudos, reuniões e fazem acompanhamento com os alunos para o desenvolvimento e avanço no processo da aprendizagem.

Ao se construir o PPP da unidade escolar Alberto Arandy, a instituição tem buscado aprimorar, inovar e feitas questões reflexivas a respeito do indivíduo que se quer formar, tendo como objetivos no documento as vontades da maioria, definidos coletivamente. A escola, tem construído a proposta pedagógica com todos os envolvidos e equipe docente, deve ter como o foco a aprendizagem do aluno, colocando este sujeito como um ser ativo na instituição.

Conforme Líbano, Oliveira e Toschi (2003) afirmam que,

A pergunta mais importante a ser respondida pela equipe escolar no momento da elaboração do projeto-curricular é: o que se pode fazer e que medidas devem ser tomadas para que a escola melhore, para que favoreça uma aprendizagem mais eficaz e duradoura dos alunos? [...] é indispensável que a

discussão sobre o documento final seja concluída com a determinação das tarefas, de prazos, de formas de acompanhamento e avaliação (2003, p.359).

Assim, a (Re)elaboração do PPP exige de todos os envolvidos um comprometimento grande, sendo que estes devem trabalhar de modo a vincular as experiências reais dos alunos, conhecimentos teóricos ou científicos e a realidade social. Ao construir o projeto pedagógico da escola, espera a formação de cidadãos capazes de compreender a sociedade em que se está inserida, lutando assim, para superar talvez a sua realidade e, ao mesmo tempo, construir modos de vida mais igualitários, mais dignos e menos individualizados.

Nas considerações de Paulo Freire afirma,

Você, eu, um sem-número de educadores sabemos todos que a educação não é a chave das transformações do mundo, mas sabemos também que as mudanças do mundo são um fazer educativo em si mesmo. Sabemos que a educação não pode tudo, mas pode alguma coisa. Sua força reside exatamente na sua fraqueza. Cabe a nós pôr sua força a serviço de nossos sonhos. (FREIRE, 1991, p. 126)

Mesmo que determinados alunos apresentam grande dificuldade em interagir com certas atividades, outros apresentam resistência total no sentido de adquirir conhecimentos, se isolando dos demais colegas, negando a participar das atividades propostas, bem como não apresentando interesse qualquer em realizar algo que se refere à aprendizagem.

760

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017) configura-se como um documento normativo que objetiva orientar a elaboração do currículo escolar ao longo das etapas e modalidades da educação básica, englobando educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. A BNCC define as competências e habilidades a serem trabalhadas no processo de ensino, de forma a garantir a efetivação da aprendizagem discente.

Nesse aspecto, na construção do PPP de qualquer instituição escolar, deve-se atentar para a sua equidade com os princípios normativos e orientadores contidos na BNCC, em uma perspectiva de adequação à legislação educacional contemporânea, de forma que as ações e estratégias sejam elaboradas de forma planejada e direcionadas as reais necessidades dos educandos e do ambiente em que a escola está inserida.

O professor e a Gestão Escolar no Alberto Arandy sempre atentam ao comportamento dos seus alunos, visto que podem partir desde aquelas crianças mais agitadas, tanto as crianças desligadas e inquietas. No sentido de ajudar o aluno desmotivado, o professor preocupa diretamente com o ambiente escolar, em especial a sala de aula, o desenvolvimento das atividades, a organização e principalmente a relação professor/aluno e o processo avaliativo.

No processo de colocar o aluno como protagonista, um dos pontos fundamentais é a transformação da relação entre professores e alunos e demais da equipe pedagógica. Nessa análise, a Gestão Escolar no Alberto Arandy tem o papel de parceria com os estudantes da unidade escolar. Sua ação precisa ser no sentido de mediar a participação dos alunos no processo de ensino e aprendizagem.

A escola atende alunos de seis a dez anos, oferecendo o Ensino Fundamental I, isso quando não apresentam distorção idade/série devido ao atraso educacional. Uma característica marcante da escola é que nossos alunos provêm de diversos bairros, onde alguns alunos utilizam ônibus escolar para chegar à escola. Recebemos alunos dos bairros de Ibotiraminha, Centro e Alto do Fundão. Os bairros onde nossos alunos residem tem coleta de lixo, comércio, rede de esgoto, iluminação pública, posto de saúde.

Libâneo (2004) defende a gestão democrática da escola como ação imprescindível a produção coletiva e participativa do seu projeto pedagógico, em um viés descritivo de características próprias, elaborado com a opinião crítica de todos que compõem a comunidade escolar, na premência de responsabilidade conjunta pelo alcance das metas e objetivos propostos.

Silva (2003, p. 298) complementa, afirmando que “eis o nosso desafio, recolocar o projeto político pedagógico no centro de nossas discussões e práticas, concebendo-o como instrumento singular para a construção da gestão democrática”. Nessa perspectiva, o PPP deve atender as particularidades da escola e do contexto que a circunda, sendo importante que se delineiem finalidades com o intuito de se chegar, realmente, a mobilização de forças vinculadas ao desejo de provocar mudanças qualitativas para que o PPP não se torne um documento transformador nas ideias, mas utópico na possibilidade de efetivação prática.

### **Diagnóstico da Escola**

Quanto ao aspecto econômico e situacional da Escola Municipal Alberto Arandy apresenta o perfil socioeconômico dos alunos que é bem diversificado. Estes são oriundos de famílias de baixa renda, sendo que a maioria depende do Auxílio Brasil que foi criado em 2021 para substituir o Bolsa Família, que estava em funcionamento desde 2003, o Auxílio Brasil é um programa social do governo. Na prática, ele é bem parecido com o programa anterior (Bolsa Família) e, inclusive, será destinado às mesmas pessoas. Ele reúne diferentes políticas públicas de assistência social e possui nove diferentes modalidades de benefícios, atuando nas áreas de saúde, educação, emprego e renda.

Importante destacar que algumas famílias trabalham em diversos ramos do município de Ibotirama: comercial, agrícola ou prestadora de serviços, funcionários públicos e outros que trabalham como autônomos.

Alguns professores mencionaram nas reuniões a seguinte compreensão da realidade da escola: “Observamos que nossos alunos vivem sob a responsabilidade dos pais, avós, tios, parentes, sendo que alguns têm apenas a mãe como responsável... A maioria destes pais ou responsáveis possuem como nível de escolaridade o fundamental incompleto, seguido do fundamental completo e médio... Eles acompanham o desenvolvimento dos filhos diariamente em sua maioria, sendo que alguns apenas perguntam como vão às coisas e uma minoria não se importa com a vida escolar dos filhos” (ESCOLA ALBERTO ARANDY, 2022).

Foi perceptível nas discussões da (Re)elaboração do PPP que a equipe pedagógica que mencionou em alguns trechos “nesta realidade que vivemos, que de uma maneira ou outra participamos e por ela somos responsáveis. Situar-se nesta dimensão exige reformulação, reflexão e uma ação consciente para que os alunos sejam agentes transformadores da sua história” (ESCOLA ALBERTO ARANDY, 2022).

Assim, na perspectiva de formação de um ser humano pensante e ativo, buscamos, nesta escola, garantir a construção de conhecimentos e valores para uma compreensão crítica e transformadora da realidade na qual estamos inseridos.

O PPP é uma forma democrática de integrar a escola e a sociedade resgatando a visão de totalidade dos sujeitos, desenvolvendo ações pedagógicas voltadas à construção de cidadãos críticos, reflexivos e conscientes dos seus direitos e deveres, capazes de ler, escrever e calcular, tendo como eixo norteador a BNCC e o currículo dinâmico que contemple temas e preocupações mundiais.

Nesse sentido, a Escola Alberto Arandy, tem se organizado de forma a desafiar as crianças nos campos: cognitivo, social e motor. Oportunizando as crianças de andar, subir, descer e pular, através de várias tentativas, assim a criança estará aprendendo a controlar o próprio corpo, um ambiente que estimule os sentidos das crianças, que permitam a elas receber estimulação do ambiente externo, como cheiro de flores, de alimentos sendo preparados. Sentindo a brisa do vento, o calor do sol, o ruído da chuva. Experimentando também diferentes texturas: liso, áspero, duro, macio, quente, frio. Carvalho e Rubiano (2001, p.111) destacam que: “a variação da estimulação deve ser procurada em todos os sentidos: cores e formas; músicas e vozes; aromas e flores e de alimentos sendo feitos; oportunidades para provar diferentes sabores”.

Os anos de 2020 e 2021 constituíram um enorme desafio para todas as instituições escolares – aliás, para toda a sociedade – devido à pandemia de Covid-19. Tiveram que se reinventar estratégias, recursos e papéis para assegurar aos alunos e suas famílias a continuidade do trabalho pedagógico Escolar do Alberto Arandy. O enorme e o trabalho extraordinário dos professores e demais funcionários, o apoio mesmo que fragmentado das famílias e a autonomia dos alunos, resultado da concepção pedagógica escolar do Alberto Arandy, nos levaram a passar com relativa serenidade por esse desafio.

Importante mencionar o trabalho pedagógico e as ações dos professores nessa unidade de ensino com responsabilidade e ética. A experiência acumulada e as conquistas alcançadas nos trazem a certeza dos caminhos escolhidos e o sentimento de orgulho por nossa identidade ideológica fundada na defesa da democracia, da justiça, ética, da solidariedade e da paz entre todos os povos. O projeto educacional consolidado e respeitado, estamos prontos para abrir novas e desafiadoras frentes na busca de contribuir com o aperfeiçoamento da educação no país e – quem sabe – além de nossas fronteiras.

A construção do conhecimento deve dar-se através de diferentes estratégias, privilegiando-se estudos autônomos orientados e metodologias ativas, de forma que o educando tenha a oportunidade de refletir sobre sua aprendizagem (metacognição) e de tornar-se autor do que aprende. O processo educativo deve ser motivo de entusiasmo e alegria, considerando a formação do ser humano em todos os seus aspectos – cognitivo, físico, estético e transcendente. As artes e as diversas manifestações culturais devem ser conhecidas e valorizadas.

O Educador/Professor no Alberto Arandy sempre goza da autonomia, dentro dos balizes do PPP, currículo e da diversidade imposto pela BNCC, ao mesmo tempo em que deve ser capaz de uma escuta ativa da opinião do aluno. Pais, alunos, professores e o pessoal de apoio devem ser, também, partícipes, cultivando relações de harmonia e cooperação.

Ao longo do trabalho, refletimos sobre a gestão democrática no Alberto Arandy e evidenciamos o PPP enquanto sinônimo e espelho deste tipo de gestão, seu papel diante do processo de ensino e aprendizagem e sua importância no contexto escolar. Pensou-se, também, o PPP como ponto de partida para o planejamento e construção de ações educativas, alinhadas ao currículo, que visem à formação de cidadãos plenos, a partir do aperfeiçoamento/aprimoramento de habilidades, capacidades, atitudes e valores desenvolvidos dentro das escolas e que são reproduzidos nas relações sociais e na convivência com o outro.

### **Considerações Finais**

O presente estudo se permeou em compreender a (Re)elaboração do Projeto Político Pedagógico na escola Municipal Alberto Arandy no município de Ibotirama, Bahia. O trabalho aconteceu no segundo semestre de 2022, através da participação da equipe pedagógica, família, alunos, funcionários e toda comunidade geral. Ao longo dessa investigação, refletimos sobre a gestão democrática da escola pública e evidenciamos o PPP enquanto sinônimo e espelho deste tipo de gestão, seu papel diante do processo de ensino e aprendizagem e sua importância no contexto escolar.

No decorrer da construção e reelaborar o PPP, como ponto de partida para o planejamento e construção de ações democráticas e educativas, alinhadas ao currículo, que visem à formação de cidadãos plenos, a partir do aperfeiçoamento/aprimoramento de habilidades, capacidades, atitudes e valores desenvolvidos dentro das escolas e que são reproduzidos nas relações sociais e na convivência com o outro.

Abordamos também a concepção e produção coletiva do projeto pedagógico, na perspectiva de envolver toda a comunidade e fazê-la refletir sobre o quanto se torna necessário e imprescindível tornar-se parte desse processo, enquanto sujeito consciente e responsável por tomar para si um desafio que busca o novo e que esse novo possa trazer de retorno uma educação inclusiva, democrática, cidadã e, acima de tudo, de qualidade.

Diante do exposto, esperamos que a Escola Municipal Alberto Arandy e sua equipe pedagógica, diante do processo educativo, sejam capazes de responder a principal questão e o principal ponto a se discutir dentro do projeto: Que escola temos e que escola queremos? Como melhorar a qualidade do ensino e tornar a escola atrativa para todos? Que estas questões surjam para que se busque suas respostas e a escola seja capaz de agir concretamente na elaboração e execução do documento. Que esta possa retratar fielmente a realidade a qual está a serviço, torne seus membros ativos, participantes, colaboradores e corresponsáveis na busca por uma educação de melhor qualidade, em que a escola se configure como espaço efetivo e democrático de inserção e promoção social, em uma educação voltada para o exercício da cidadania e emancipação humana.

E, por fim, em meio a situação tão adversa com os impactos da pandemia da Covid-19 no âmbito educacional, consolidou-se a ideia de multiplicação do conceito educacional aqui desenvolvido com o currículo e a formalização da multiplicadora do Alberto Arandy, rendeu os frutos que a equipe pedagógica, apontando para um novo patamar de qualidade da ação pedagógica com o projeto de recomposição escolar que foi uma determinação da secretaria de educação de Ibotirama, no ano de 2022, para superar o déficit educacional dos estudantes nesse

período de pandemia. Mesmo com os avanços do projeto e a proposta pedagógica inserida no ano letivo, pensa-se em estender esse projeto para 2023, pois o mesmo apresentou resultados significativos na aprendizagem dos alunos, além da relação social e coletiva para enfrentar os desafios no âmbito educacional.

## Referências

ALBERTO ARANDY. **Projeto Político Pedagógico - PPP da Escola 2017**. Acessado segundo semestre 2022.

BRASIL, **Lei n.13.005, aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014/2024 e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília/DF, 26 de junho de 2014. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>>. Acesso em 07 jan. 2023.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_-versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf)>. Acesso em 05 jan. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Senado Federal. Brasília/DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL/MEC. **Lei 9.394, Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996**. Diário Oficial da União, Brasília/DF, 26 de dezembro de 1996. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em 03 jan. 2023.

CARVALHO, Maria Campos de. Porque as crianças gostam de áreas fechadas? Espaços circunscritos reduzem as solicitações de atenção do adulto. In: FERREIRA, Maria Clotilde Rosseti. **Os Fazeres na Educação Infantil**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003. Cap. 47.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 6. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.

FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez; 1991. Disponível em: <<Http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/852-2.pdf>> Acesso em: 08. Jan 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 32. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2002b.

FREITAS, Luiz Carlos de et al. Dialética da inclusão e da exclusão: por uma qualidade negociada e emancipadora nas escolas. In: GERALDI, Corinta Maria Grisolia; RIOLFI, Cláudia Rosa; GARCIA, Maria de Fátima (Org.). **Escola viva: elementos para a construção de uma educação de qualidade social**. São Paulo: Mercado de Letras, 2004, p. 61-88.

IESDE BRASIL S/A. **Curso Normal**. Curitiba: IESDE, 2003, módulo 4.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico:** a pesquisa bibliográfica. Revista *Katálysis*, Florianópolis, v.10, mai. 2007. p. 37-45. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S141449802007000300004/5742>. Acesso em 10 jan. 2023.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar:** Políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola:** Teoria e prática. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática:** Participação da comunidade na escola. *Nosso Fazer*, Curitiba, ano I, n. 9, ago. 2002.

SÁNCHEZ GAMBOA, Silvio. **Pesquisa em educação:** métodos e epistemologias. 2 ed. Chapecó/SC: Argos, 2012.

SILVA, Maria Abadia. Do projeto político do Banco Mundial: ao projeto político pedagógico da escola pública brasileira, *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 23, n. 61, dez. 2003. p. 283-301. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v23n61/a03v2361.pdf>>. Acesso em 03 jan. 2023.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico:** do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad Editora, 2009.

VEIGA, Ilma Passos A. (org). **Projeto Político Pedagógico da Escola:** Construção possível. Campinas: Papyrus, 1995.

## **SOBRE OS/AS AUTORES/AS:**



### **Antônio Domingos Moreira**

Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - PPGEd/UESB; Especialista em Agroecologia pelo IF/Baiano; Coordenador Pedagógico Secretaria de Educação de Guanambi –Ba; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e da Cidade – GEPEDMDECC; Membro Rede Latino-americana de pesquisa em Educação do Campo e Movimentos Sociais; E-mail: [tony.dom1987@gmail.com](mailto:tony.dom1987@gmail.com)



### **Claudio Pinto Nunes**

Pós-Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais; Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professor Titular Pleno da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UESB; Professor Visitante na Universidade Federal de Sergipe da Universidade Rovuma, em Moçambique; Editor da Revista Práxis Educacional e da Revista Educação em páginas (Redupa); Líder do Grupo de Pesquisa em Didática, Formação e Trabalho Docente (Difort/CNPq); bolsista em Produtividade em Pesquisa do CNPq. [claudionunesba@hotmail.com](mailto:claudionunesba@hotmail.com)